



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 09/10/2025

ORDEM DO DIA

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.287, de 2024, que institui o Protocolo de Atendimento e Intervenção Imediata para Prevenção e Proteção de Crianças e Adolescentes em Casos de Suspeita de Violência em Ambientes Virtuais. Em seguida, criticou a base do Governo, afirmando que ela estaria “blindando os envolvidos no maior roubo da história contra aposentados e idosos brasileiros” nas investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Disse que o episódio representa uma vergonha nacional, agravada pela atuação da Suprema Corte, que teria prestado “um desserviço à população” ao proteger suspeitos. Por fim, mencionou o Presidente de um sindicato ligado a um irmão do Presidente Lula, que teria comparecido à comissão, portando um salvo-conduto judicial.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.444, de 2023, que define a atividade de influência em meio eletrônico, altera a Lei 8.069, de 1990, para impor a necessidade de autorização judicial para participação de crianças em gravações audiovisuais a título oneroso, estabelece regras relativas à publicidade e uso de imagem e obrigações para agentes e provedores digitais. Em seguida, aproveitou a fala do Deputado Cabo Gilberto Silva para criticar o Partido dos Trabalhadores (PT) e a base do Governo por supostamente impedirem investigações na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Afirmou que somente os Parlamentares governistas têm votado contra as apurações sobre o desvio de recursos de aposentados, viúvas e pessoas com deficiência. Além disso, denunciou que um assessor do Senado teria recebido R\$ 3 milhões de uma das entidades investigadas. Por fim, disse que cada um deve responder por seus atos e seus votos na CPMI do INSS.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.444, de 2023, que define a atividade de influência em meio eletrônico, altera a Lei 8.069, de 1990, para impor a necessidade de autorização judicial para participação de crianças em gravações audiovisuais a título oneroso, estabelece regras relativas à publicidade e uso de imagem e obrigações para agentes e provedores digitais. Em seguida, criticou a situação fiscal e econômica do país, dizendo que quase 40% das famílias brasileiras estão inadimplentes, o que, supostamente, comprovaria o fracasso da política econômica do Governo Lula. Por fim, acusou o Governo de não ter compromisso com o Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.924 de 2025, que institui a Estratégia de Desenvolvimento Infantil (EDI 0-5). Em seguida, acusou a base do Governo Lula de blindar investigados na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluindo assessores do Senado e empresas ligadas a São Bernardo do Campo (SP). Por fim, disse que a oposição quer investigar e recuperar o dinheiro dos aposentados.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado destacou a visita de uma delegação de Deputados italianos à Comissão de Viação e Transportes (CVT), ressaltando o intercâmbio entre Brasil e Itália na área de transportes. Por fim, agradeceu a presença dos Parlamentares italianos e do Ministro da Embaixada da Itália no Brasil, afirmando que esse diálogo é importante para o Congresso e para o país.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.924 de 2025, que institui a Estratégia de Desenvolvimento Infantil (EDI 0-5). Além disso, criticou o Presidente Lula, acusando-o de contrariar o princípio da transparência previsto no art. 37 da Constituição Federal. Afirmou que o Governo impôs sigilo de cinco anos sobre documentos de extradição da Deputada Carla Zambelli, apontando incoerência entre o discurso e a prática do Governo. Por fim, também denunciou o que chamou de “perseguição política” a opositores, afirmando que o País vive um “estado de exceção” sob o Governo Lula e o Supremo Tribunal Federal.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 625, de 2025, que institui o Selo Compromisso com a Primeiríssima Infância. Em seguida, criticou a condução de uma operação da Polícia Federal (PF) de busca e apreensão, no sindicato do irmão do Presidente Lula. Mencionou informações da imprensa segundo as quais a mesa de Frei Chico não teria sido vistoriada, o que classificou como sinal de blindagem. Por fim, destacou que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prossegue com as investigações sobre desvios de recursos de aposentados, com foco em identificar os responsáveis e o destino das propinas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 625, de 2025, que institui o Selo Compromisso com a Primeiríssima Infância. Em seguida, criticou decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que liberou edital da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com vagas de Medicina destinadas a integrantes do Movimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Classificou a decisão como inconstitucional e defendeu igualdade de condições e transparência nos concursos públicos.

Rafael Brito (MDB - AL) - O Deputado agradeceu ao Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, pelo compromisso assumido com a Bancada da Educação em pautar temas estruturantes para o setor. Destacou avanços recentes, como a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e a expectativa de votação do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034. Por fim, disse que há uma série de requerimentos de urgência para projetos que devem ser apreciados no Dia do Professor, em homenagem à categoria.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 672, de 2025, que altera a Lei nº 11.738, de 2008, para assegurar o direito ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica aos professores temporários, contratados com base no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Rafael Brito (MDB - AL) - O Deputado, autor da proposição, orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 672, de 2025, que altera a Lei nº 11.738, de 2008, para assegurar o direito ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica aos professores temporários, contratados com base no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal. Na oportunidade, classificou a proposta como uma medida de justiça social.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.096, de 2024, que altera a Lei nº 10.880, de 2004, e a Lei nº 11.947, de 2009, para dispor sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e nas demais escolas federais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2025, que aprova o texto da Convenção Aduaneira sobre o Transporte Internacional de Mercadorias ao Abrigo das Cadernetas TIR (Convenção TIR de 1975), celebrada em Genebra, em 14 de novembro de 1975. Em seguida, criticou a política externa do Governo Lula, mencionando as sanções econômicas norte-americanas, além das tensões diplomáticas com a Venezuela e a União Europeia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado celebrou a rejeição da Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País. Afirmou que a decisão impediu o aumento da carga tributária e representou uma derrota para o Governo Lula, que chamou de “desgoverno”. Por fim, também criticou os gastos com publicidade oficial, que serviriam para sustentar uma narrativa favorável ao Executivo, e declarou que a economia nacional enfrenta dificuldades em razão da política fiscal e do aumento de despesas públicas.

Rafael Brito (MDB - AL) - O Deputado destacou os avanços recentes na área educacional, como a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), nos termos do art. 23, parágrafo único, do art. 211 e do art. 214 da Constituição Federal de 1988; e do Projeto de Lei nº 41, de 2025, que autoriza a criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (CNDB). Além disso, mencionou o compromisso de votar ainda neste ano o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034. Ressaltou a importância de projetos voltados à valorização da carreira docente. Ademais, criticou Parlamentares que defenderam bancos e bilionários, mas não compareceram para apoiar os professores. Concluiu pedindo união no Dia do Professor em prol da educação e da primeira infância.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado reafirmou respeito a todos os Parlamentares e destacou sua origem humilde como filho de professora. Em seguida, criticou o Governo Lula, a quem chamou de “desgoverno”, e acusou o Partido dos Trabalhadores (PT) de ter retirado da taxação as empresas de apostas. Analisou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e apontou blindagem a envolvidos em escândalo de corrupção. Classificou como ilegal a prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que teria sido vítima de perseguição política. Por fim, criticou Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) por atitudes que considerou inconstitucionais e afirmou que o País vive um regime de exceção e manipulação da opinião pública.

Fatima Pelaes (REPUBLICANOS - AP) - A Deputada celebrou seu retorno à Câmara após cinco mandatos, destacando sua trajetória voltada à assistência social e à defesa da família. Lembrou conquistas como a licença-maternidade para mães adotivas e a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estruturou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ao reassumir o mandato durante a licença da Deputada Aline Gurgel, afirmou compromisso com o desenvolvimento sustentável do Amapá e com políticas de saúde mental e valorização da vida. Ademais, anunciou foco no fortalecimento do Programa Saúde na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

Escola (PSE) e no incentivo ao esporte como ferramenta social. Por fim, reiterou apoio à exploração de petróleo no Amapá, aliando economia e preservação ambiental.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado fez críticas ao Presidente Lula e ao Governo Federal, citando uma publicação do jornalista Claudio Dantas que acusava o uso de recursos públicos para financiar campanhas contra a Oposição. Em seguida, afirmou que o Governo estaria promovendo o ódio contra a Direita e tentando criminalizar a Oposição. Além disso, denunciou o que classificou como aumento constante de impostos e responsabilizou o Presidente e seus Ministros pela crise no País. Ao encerrar, reafirmou a disposição da Direita em resistir ao que chamou de ataques do Governo.

Florentino Neto (PT - PI) - O Deputado celebrou a sanção da Lei nº 15.226, de 2025, que aprimorou o controle dos alimentos destinados à merenda escolar e ampliou de 30% para 45% o percentual de compras da agricultura familiar. Também destacou, na condição de Relator da proposta, que a medida fortalece o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e contribui para a segurança alimentar e nutricional. Ressaltou que o programa, reativado no Governo Lula, integra o Plano Brasil Sem Fome e já retirou milhões de brasileiros da fome. Ao encerrar, afirmou que investir na agricultura familiar é promover justiça social, sustentabilidade e combate à fome no País.

Zé Silva (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado anunciou a entrega de 2.100 títulos de propriedade rural na região de Alto Rio Pardo, em Minas Gerais. Ainda sobre o assunto, destacou que a regularização fundiária garantirá aos agricultores acesso a mais de 20 políticas públicas e a direitos previdenciários, como a aposentadoria especial do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Como extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), lembrou a apresentação de emendas à Lei nº 13.465, de 2017, que possibilitaram o avanço da titulação de terras. Ao concluir, informou que as entregas ocorrerão em Rio Pardo de Minas (MG), São João do Paraíso (MG) e outros Municípios da região, com a presença de autoridades estaduais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado destacou a importância de superar a polarização política e focar em projetos e ideias que beneficiem o País. Citou como exemplo a aprovação unânime do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, isentando do Imposto de Renda quem recebe até 5 mil reais e concedeu desconto a quem recebe até 7.350 reais, ressaltando que a votação reuniu apoio de Parlamentares de Esquerda e Direita. Por fim,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

esclareceu que não votava em pessoas, mas em propostas, e defendeu mais diálogo e menos intolerância política, alertando que disputas ideológicas têm dividido famílias e amizades.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado criticou o Governo Federal e a Esquerda por ataques à Direita e por políticas que resultaram em aumentos frequentes de impostos. Nesse sentido, afirmou que integrantes do Governo tentaram associar a Direita a uma postura contrária aos mais pobres, mas ressaltou que foram os governistas que elevaram a carga tributária. Também destacou a derrota do Governo na Câmara com a derrubada de uma medida provisória e acusou líderes aliados, como os Senadores Renan Calheiros e Randolfe Rodrigues, de articularem novos tributos no projeto do Imposto de Renda.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado criticou o Governo Federal e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acusando o Executivo de privilegiar o movimento com quase 1 bilhão de reais em recursos a fundo perdido, enquanto produtores rurais enfrentavam dificuldades para acessar crédito. Também condenou a criação de vagas exclusivas para o MST no curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sem vestibular, afirmando que a medida tinha viés ideológico. Além disso, denunciou a invasão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul por integrantes do MST, alegando o uso de crianças em protesto, e informou ter acionado o Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República para investigar o caso.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado manifestou insatisfação com a suspensão do projeto da ferrovia Ferrogrão, apontando que a obra é fundamental para o escoamento da produção agrícola do Mato Grosso e beneficiará economicamente diversos Municípios da região. Criticou a atuação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que entrou com ação contra o projeto, e cobrou decisão célere e favorável do Ministro Flávio Dino, alegando que a intervenção em trecho da reserva do Jamanxim não gerará impacto nenhum para a reserva, enquanto impactará positivamente a região, trazendo desenvolvimento. Além disso, criticou a atuação do Governo Lula, especialmente da Secretaria de Comunicação (Secom), a qual tachou de disseminadora de mentiras do Governo, financiada com recursos públicos. Ademais, questionou a responsabilização do Congresso, promovida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pela redução da alíquota de tributação das casas de apostas (*bets*) de 18% para 12%, juntamente com o discurso inverídico de que o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda, estaria taxando os ricos. Por fim, apontou irregularidades apuradas na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), citando um suposto rombo no fundo da Previ, e atribuindo ao Governo do PT a responsabilidade pelo enfraquecimento das estatais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada reagiu às críticas dirigidas ao Governo Lula, classificando como negacionistas as acusações de caos diante de indicadores positivos como o menor taxa de desemprego da história, aumento das exportações, o maior Plano Safra, isenção de energia para inscritos no CadÚnico e o retorno de programas sociais como o Pé-de-Meia e Brasil Soridente. Ressaltou que medidas voltadas ao combate à fome, à saúde pública e à valorização da memória nacional vêm sendo tratadas como caos por setores que buscam sabotar o País. Além disso, criticou a atuação de Parlamentares que votaram contra a emenda do Partido dos Trabalhadores (PT) que mantinha a alíquota maior para fintechs e apostas eletrônicas (bets), reiterando que a Oposição defende privilégios para os bilionários, bancos e bets. Além disso, criticou o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, por propor anistia a envolvidos nos atos golpistas, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, a qual chamou PEC da blindagem, interpretando ambas como formas de impunidade. Por fim, enalteceu medidas do Governo voltadas à justiça tributária, como o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que instituiu a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais; declarou que o apoio popular ao Presidente Lula decorre de políticas inclusivas e da defesa da soberania nacional; e parabenizou a iniciativa do Governo de retificar atestados de óbito de vítimas da ditadura.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado criticou o Governo Lula por adotar 25 medidas voltadas à criação ou aumento de tributos desde o início do mandato, citando exemplos como a taxação de itens do varejo (“taxa da blusinha”) e a tentativa de elevação do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), que foi rejeitada pela Câmara. Argumentou que o aumento da carga tributária, próxima de 40%, penaliza especialmente as classes mais vulneráveis, ao repercutir nos preços de itens essenciais. Ademais, assinalou que a expansão de Ministérios e o aumento de gastos públicos estão gerando desequilíbrio fiscal, e acusou o Governo de usar o Supremo Tribunal Federal (STF) como instrumento para tentar reverter derrotas legislativas. Ainda, declarou que, caso a proposta de aumento do IOF volte pela via judicial, a Câmara deverá rejeitá-la novamente. Por fim, afirmou que o combate à corrupção foi abandonado e tachou como escárnio o retorno à política de figuras condenadas por corrupção, como André Vargas, José Dirceu e Sérgio Cabral, contrastando esses casos com a ausência de acusações contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado comemorou a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.766, de 2021, que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e fragilizaria o poder de fiscalização do Instituto de Defesa do Consumidor (PROCON), comprometendo os direitos dos consumidores, especialmente diante de práticas que coloquem em risco a saúde e a vida, como o caso da comercialização de bebidas alcoólicas contaminadas por metanol. Destacou que a proposição obriga o Procon a emitir apenas advertência, mesmo em situações de flagrante ameaça à saúde pública. Ademais, relatou sua experiência como Presidente do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

Procon do Maranhão e declarou preocupação com a possibilidade de responsabilização de fiscais por abuso de autoridade. Também enfatizou que a mobilização de diversos Deputados e dirigentes do Procon garantiu a retirada do projeto e reafirmou o compromisso de impedir que a matéria retorne à pauta. Por fim, homenageou os profissionais que atuam em defesa do consumidor e reiterou a importância do fortalecimento do Procon como instrumento de proteção dos cidadãos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a atuação do Governo Lula no enfrentamento à corrupção, destacando a devolução de recursos desviados de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a responsabilização de *fintechs* envolvidas com o crime organizado. Na continuidade, rebateu a tentativa de descredibilizar o Pix; denunciou a proposta de reforma administrativa por fragilizar o serviço público, exaltando a importância da estabilidade para o combate à corrupção; condenou a insensibilidade da extrema direita ao não valorizar propostas em favor da educação e ao minimizar tragédias como as mortes por metanol, além de pautarem anistia para golpistas e comemorarem a retirada de impostos para super-ricos. Em seguida, prestou homenagem aos professores e professoras pelo Dia do Professor celebrado em Outubro. Por fim, reivindicou respeito e melhores condições para trabalhadores terceirizados da Câmara dos Deputados, cobrando providências quanto ao descumprimento de direitos trabalhistas por parte de uma empresa contratada.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e prevê medidas de justiça tributária. Destacou que ele mesmo tinha preocupação com dispositivos da medida que poderiam prejudicar direitos sociais, como o seguro-defeso, o Programa Pé-de-Meia e a redução de prazo para concessão do auxílio-doença, mas lamentou não ter sido permitido o debate em Plenário. Além disso, reafirmou a necessidade de se discutir não apenas a carga tributária, mas a forma como ela impacta desigualmente ricos e pobres, destacando a urgência de tributar o capital financeiro, as *fintechs* e as *bets*. Celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que instituiu a isenção do Imposto de Renda para rendas até 5 mil reais, a redução até 7.530 reais, e a taxação dos super-ricos. Criticou o recuo do Governo diante de pressões, mas reconheceu avanços. Defendeu o respeito ao debate democrático e à diversidade de opiniões e lamentou que a Câmara tenha se omitido de discutir temas relevantes. Por fim, comentou os dados da pesquisa Genial/Quaest, destacando a recuperação da popularidade do Presidente Lula e o reconhecimento de suas ações por parte da população.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado relatou informações obtidas durante reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), destacando que a Polícia



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

Federal (PF) realizou diligência no sindicato do irmão do Presidente Lula, conhecido como Frei Chico, e que teria sido confirmado o envolvimento do sindicato no esquema de desvio bilionário de recursos de aposentados e pensionistas do INSS.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada, relatando sua participação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), criticou a concessão de um *habeas corpus* pelo Ministro Flávio Dino, o que garantiu à testemunha o direito ao silêncio. Considerou essa medida uma blindagem injustificável e uma intervenção desrespeitosa aos aposentados. Além disso, denunciou esquema de fraude envolvendo o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), e destacou que 97% dos aposentados não reconheceram os descontos realizados pelo sindicato, além de terem sido feitas assinaturas falsas de declarações. Ademais, apontou como agravante o fato de o Vice-Presidente do Sindnapi ser irmão do Presidente Lula, e de ter havido mentira na afirmação do sindicato de que não possuía vínculo com pessoas no poder. Por fim, declarou que a fraude se intensificou entre 2023 e 2024 e acusou o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) de omissão e conivência com o esquema, além de assinalar o empenho da CPMI para buscar justiça diante do roubo aos aposentados.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou declarações de uma Deputada do Partido dos Trabalhadores (PT), apontando contradição no fato de ela silenciar sobre o uso, pelo Presidente Lula, de um relógio Cartier recebido como presente, enquanto acusa o ex-Presidente Jair Bolsonaro de ter se apropriado de joias, mesmo após o Tribunal de Contas da União (TCU) esclarecer que presentes recebidos pelo Chefe do Executivo não integram o acervo público. Além disso, acusou o PT de manipulação midiática financiada por recursos públicos para desgastar adversários e interferir no processo eleitoral. Ainda afirmou que, ao contrário da retórica disseminada, as medidas do Governo do PT é que têm prejudicado diretamente a população de baixa renda e a classe média. Outrossim, apontou que os gastos do Governo ultrapassaram 1,3 trilhão de reais mesmo sem pandemia e criticou o Executivo por buscar aumento de impostos com o pretexto de justiça tributária. Criticou também a atuação dos sindicatos ligados ao PT, vinculando-os às fraudes que estão em investigação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e questionou os interesses por trás da proposta de taxação de apostas eletrônicas (*bets*), sugerindo que possam estar relacionados a desvios de dinheiro. Por fim, cobrou controle dos gastos públicos e rejeitou novas cobranças ao contribuinte.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado celebrou a retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País, e que, segundo ele, representava uma tentativa do Governo, ineficiente, de aumentar a carga tributária de forma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

disfarçada, atingindo diversos setores da economia nacional. Assinalou que a medida, como um Cavalo de Tróia, afetaria negativamente o setor de serviços, o agronegócio, a indústria de transformação e os pequenos e médios empresários, ao elevar custos, suprimir incentivos e dificultar o ambiente de negócios. Ainda, afirmou que, em vez de reduzir gastos públicos, o Governo optou pelo aumento de impostos, com uma medida que traria impactos negativos como encarecimento de produtos e serviços, perda de competitividade internacional e agravamento da informalidade e do desemprego. Por fim, ressaltou que a rejeição da proposta foi uma resposta clara do Parlamento contra a irresponsabilidade fiscal e uma defesa do contribuinte brasileiro, ao mesmo tempo em que apelou por um novo modelo de gestão baseado no diálogo, na eficiência e na simplificação tributária.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou a publicação da licitação para a construção do Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Palmas (TO), apontando o projeto como um marco para a saúde pública e o fortalecimento do ensino superior. Destacou que destinou 5 milhões de reais para a elaboração do projeto executivo no início do mandato, e que o hospital contará com 250 leitos, unidades de alta complexidade e especialidades médicas, com atenção especial à saúde indígena. Além disso, assinalou que o investimento total previsto é de 306 milhões de reais, e que os recursos iniciais já foram garantidos pela bancada federal do Tocantins. Enfatizou que o hospital integrará atendimento humanizado, formação acadêmica e pesquisa, consolidando Palmas como polo em saúde e educação. Por fim, reafirmou seu compromisso com a execução do projeto.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado celebrou a rejeição da Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País, e visava aumentar impostos para equilibrar as contas públicas. Destacou que a votação, com 251 votos contrários à manutenção da medida, representou um recado direto ao Governo contra o aumento da carga tributária. Enfatizou a atuação do Partido Novo (NOVO) na oposição, declarando que os cinco Deputados presentes votaram de forma unânime pela rejeição da medida, em defesa da responsabilidade fiscal e do respeito ao contribuinte. Além disso, reiterou que o ajuste das contas públicas deve passar pelo corte de gastos e combate a privilégios, e não pelo aumento de tributos. Por fim, reafirmou que o Congresso não aceitará soluções improvisadas que penalizem a sociedade, reforçando a necessidade de reformas estruturantes.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado exaltou os avanços do Governo do Presidente Lula, ressaltando uma trajetória de reconstrução nacional iniciada em 2023. Assinalou que o País havia herdado um cenário de fome, desemprego elevado e desinstitucionalização, e que hoje exibe conquistas como a saída do Mapa da Fome, a menor taxa histórica de desemprego, controle da inflação e valorização real do salário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 212.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 09/10/2025

mínimo. Também destacou a retomada de políticas públicas como o Minha Casa Minha Vida, o Mais Médicos e a Farmácia Popular, bem como o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Ademais, apontou o crescimento econômico acima da média global, o maior investimento industrial desde 1995, e execução de um Plano Safra histórico. Além disso mencionou que 1,7 milhão de famílias deixaram o Bolsa Família por ascensão de renda, e destacou ações na proteção dos povos indígenas, preservação da Amazônia, e combate ao crime organizado e fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por fim, citou pesquisa Quaest que coloca Lula como favorito nas eleições de 2026, afirmando que os resultados concretos do Governo prevalecerão sobre discursos de ódio e desinformação.

ENCERRAMENTO